

Por uma concepção relacional da consciência de classe: o caso da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara, 1963-1975

Marco Marques Pestana¹

Resumo: O presente artigo discute a trajetória da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara no período 1963-1975, cujo centro foi a luta contra as políticas de remoções de favelas. Parte-se da compreensão de que a imensa maioria dos favelados cariocas era constituída por membros da classe trabalhadora – frequentemente, suas frações mais precarizadas –, e não por sujeitos definidos exclusivamente a partir dos locais de moradia. Sendo assim, o artigo examinará a trajetória da Federação em sua relação com o desenvolvimento de uma consciência de classe entre aqueles trabalhadores. Nesse sentido, delinea-se uma abordagem relacional da consciência da classe trabalhadora. Essa abordagem percebe as classes sociais não como unidades fechadas em torno de si mesmas, mas como sendo permeáveis a influências oriundas das demais classes e de outros agentes políticos e sociais. Nesse percurso argumentativo, serão mobilizadas as contribuições teóricas de autores como Antonio Gramsci e Edward Palmer Thompson.

Palavras-chave: Consciência de classe – Classe Trabalhadora – Favelas – FAFEG – Rio de Janeiro

Towards a relational conception of class consciousness: the case of the Federation of Favela Associations of the Guanabara State (FAFEG), 1963-1975

Abstract: This paper analyzes the trajectory of the Federation of Favela Associations of the Guanabara State (FAFEG) in the years 1963-1975, in which its main struggle was against the politics of favela (or slums) removal. The first premise is that the majority of favela's inhabitants were members of the working class – and frequently among its most precarious layers –, instead of social agents defined solely by their places of living. Therefore, the article will examine the FAFEG trajectory in relation to the development of a class consciousness among those workers. To pursue this goal, it proposes a relational approach to the study of class consciousness. Such approach conceives social class not as monolithic entities, but as porous ones, prone to be influenced by other classes and social and political agents. The development of this argument will benefit from theoretical contributions of many authors, such as Antonio Gramsci and Edward Palmer Thompson.

Keywords: Class consciousness – Working class – Slums – FAFEG – Rio de Janeiro

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Professor do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Cap/INES).

Introdução

O presente artigo sistematiza algumas reflexões elaboradas no âmbito da pesquisa de doutorado que desenvolvo atualmente no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF)². Seu objeto imediato é constituído pela trajetória da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) no período 1963-1975, que se inicia com a fundação da entidade e se encerra com uma importante reestruturação. Com efeito, em 1975, na esteira do processo de fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a Federação passou a congregar as associações de favelas de todo o novo estado do Rio de Janeiro, assumindo a sigla FAFERJ, que a acompanha até o momento atual.

Dada a miríade de elementos passíveis de serem explorados na análise da trajetória da FAFEG, os limites do presente texto implicaram no estabelecimento de um recorte temático mais delimitado, o qual parte de uma premissa e propõe um ângulo de abordagem específico. A premissa diz respeito à consideração da imensa maioria dos moradores das favelas cariocas nas décadas intermediárias do século XX como membros da classe trabalhadora³. Em estreita associação com essa premissa, o ângulo de abordagem adotado será o da busca das formas pelas quais as lutas levadas a cabo sob a direção da FAFEG se relacionaram com o desenvolvimento da consciência de classe desses trabalhadores.

Para tal, o texto subsequente foi dividido em três partes distintas. Na primeira, elaboro uma síntese do percurso da FAFEG no período delimitado, enfatizando as disputas entre duas posições políticas em seu interior. Em seguida, busco elaborar teoricamente essa experiência em termos do desenvolvimento da consciência de classe, fazendo vasto uso das contribuições de autores como Antonio Gramsci e Edward Palmer Thompson, dentre outros. Nessa seção, tento delinear os contornos fundamentais do que entendo como sendo uma abordagem relacional da consciência de classe, a qual considera as influências diretamente exercidas pelas classes dominantes sobre os

2 O projeto de pesquisa apresentado para o Programa se intitula “Complexificação da sociedade civil e ampliação seletiva do Estado brasileiro: um estudo a partir das políticas de remoções de favelas no Rio de Janeiro, 1957-1973”.

3 Embora não possa, aqui, discutir os fundamentos dessa premissa, em outro trabalho a desenvolvi mais detalhadamente, a partir da análise de um período um pouco anterior ao enfocado no presente artigo. Cf. **PESTANA, Marco Marques.** *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)*. Niterói: Eduff, 2016. pp.59-70.

subalternos em seu processo de formação enquanto classe. Por fim, apresento algumas observações finais, relativas às possibilidades de desenvolvimento da teoria marxista a partir do campo da história-disciplina.

A trajetória da FAFEG: embates entre duas concepções estratégicas

Ao longo de todo o período aqui enfocado, as mobilizações conduzidas pela FAFEG tiveram em seu centro os esforços de combate à política de remoções de favelas. Embora tal política tenha sido implementada em dois momentos distintos por meio de roupagens institucionais específicas, os elementos comuns a ambas são fortes o suficiente para que seja plenamente justificada a sua aproximação analítica. Com efeito, a experiência levada a cabo pelo governo guanabarrino de Carlos Lacerda (UDN) ao longo dos anos de 1962 a 1965, tendo à frente a Companhia de Habitação Popular (COHAB), constituiu o exemplo a partir do qual foi delineado o programa federal implementado pela Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM), em 1968-1973. O saldo conjunto desses dois períodos foi a remoção de cerca de 140 mil pessoas de 80 favelas⁴.

Sinteticamente, é possível identificar três traços comuns às duas iniciativas remocionistas, os quais constituíram a sua espinha dorsal: o caráter compulsório das remoções; o deslocamento dos favelados para áreas da cidade bastante afastadas dos locais onde até então viviam; e a mercantilização do acesso à habitação, expressa pela necessidade dos removidos pagarem prestações para adquirirem as unidades habitacionais para as quais eram conduzidos. A esses três pilares, correspondiam as três principais críticas do movimento de favelas, tal como expressas pela própria FAFEG, à política de remoções: a ausência de participação dos favelados na determinação de seu destino; a desarticulação de seu modo de vida, pela transferência para áreas afastadas de seus locais de trabalho e de suas redes de sociabilidade; e a imposição de um pesado fardo financeiro, com o qual muitos dos favelados não conseguiam arcar. Por sua vez, essas três objeções foram sintetizadas programaticamente na defesa da adoção de medidas de urbanização das favelas – calçamento, instalação de redes de serviços

4 Uma síntese das políticas de remoções pode ser encontrada em **VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. pp.23-46.**

básicos, como água esgoto, etc – como alternativa à proposta remocionista.

Sem dúvida, a proposta de urbanização encontrou ampla aceitação entre os favelados, tendo sido aprovada nos três primeiros congressos da FAFEG, realizados em 1964, 1968 e 1972. Apesar do amplo grau de unidade alcançado em torno da rejeição às remoções e da defesa da urbanização, o movimento de favelados, tal como articulado pela FAFEG, não constituiu uma totalidade monolítica. Por um lado, havia polêmicas que podemos qualificar como operacionais, relativas às formas de implementação da política de urbanização reivindicada. Nesse sentido, havia distintas posições quanto às formas de acesso à propriedade dos terrenos ocupados (se haveria necessidade de pagamento, ou apenas oficialização da situação já existente) e às fontes de financiamento das obras de urbanização (se o Estado deveria pagar por elas, ou se os próprios moradores arcariam com seus custos), dentre outros pontos⁵. Por outro lado, havia um conjunto de questões mais amplas que diziam respeito à própria conceitualização do movimento de favelados e da natureza de suas lutas, o que tinha repercussões nas alianças e estratégias propostas.

Ao longo do período de existência da FAFEG enquanto tal, as divergências em torno dessas questões mais amplas resultaram na consolidação de dois grupos no interior da Federação, que disputaram o seu comando em sucessivas eleições. O primeiro desses grupos teve como sua figura-chave o securitário Etevaldo Justino de Oliveira, morador do morro do Bispo 117⁶. Etevaldo ocupou diversos cargos diretivos na FAFEG, tendo sido presidente da 1ª diretoria provisória (últimos seis meses de 1963), 2º vice-presidente entre janeiro e março de 1964, presidente entre abril de 1964 e o final daquele ano e vice-presidente no biênio 1971-1973.

Embora tenha participado ativamente do próprio processo de fundação da FAFEG, a formação política de Etevaldo não esteve confinada aos espaços forjados pelo movimento de favelados. Nesse sentido, destaca-se o fato de ter frequentado a Escola de Líderes Operários (ELO), mantida pela Confederação Nacional dos Círculos Operários (CNCO), com amplo suporte da Pontifícia Universidade Católica do Rio de

5 Sobre algumas dessas controvérsias, ver, por exemplo, **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados do Rio de Janeiro – políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. pp.197-198.

6 As informações sobre Etevaldo encontram-se disponíveis em “Etevaldo Justino de Oliveira”. Notação: Prontuário GB 3.902. Fundo Polícias Políticas. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). p.3.

Janeiro (PUC-Rio)⁷. Em linhas gerais, a ELO funcionou como um braço auxiliar da CNCO, entidade diretamente vinculada à cúpula da Igreja Católica no país, em seus esforços para se “configurar como organismo de coordenação de uma intervenção especificamente doutrinária e prática no movimento sindical e operário”. Tomando o sindicalismo “esquerdista” como seu principal adversário nessa seara, os cursos da ELO eram caracterizados por uma forte tendência antimarxista e anticomunista⁸. Essa orientação foi a base do estabelecimento de uma profunda aliança entre a CNCO (e, por extensão, a ELO) e o complexo IPES/IBAD, que esteve na linha de frente tanto da campanha de desestabilização do governo de João Goulart, quanto das iniciativas de reformas modernizante-conservadoras do governo Castelo Branco⁹.

A experiência de Etevaldo na ELO e os contatos ali estabelecidos expressaram-se em sua militância no interior da FAFEG tanto a nível ideológico, quanto em termos das práticas adotadas. No que se refere à elaboração ideológica, o I Congresso da entidade, realizado em outubro de 1964 sob a presidência do próprio Etevaldo, foi inteiramente articulado pela chamada “Doutrina Social Cristã”, que encarava os conflitos sociais emergidos na sociedade capitalista sem qualquer questionamento às suas relações fundamentais de exploração e dominação e buscando a harmonização de todos os interesses¹⁰. Exemplo dessa posição pode ser constatado em ofício enviado pela diretoria da entidade ao Conselho de Segurança Nacional, com o intuito de informar sobre a realização do conclave:

“Informamos ainda à Vv. Excias. que o Regulamento elaborado para o Congresso dos Favelados da Guanabara proíbe terminantemente ser levado a discussão assuntos estranhos ao temário, como problemas pessoais e de caráter político partidário, *limitando-se as discussões aos assuntos em pauta dentro do alto espírito cristão e Democrata*” (itálicos meus)¹¹.

7 “Declaração”. Notação: Prontuário GB 3.902. Fundo Polícias Políticas. APERJ. p.10.

8 **STEIN, Leila de Menezes.** *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008. pp.183-184.

9 **DREIFUSS, René Armand.** *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. pp.310-311.

10 Sobre os contornos da Doutrina Social Cristã e sua adequação ao capitalismo, ver **SOUZA, Jessie Jane Vieira de.** *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. pp.62-70.

11 “Carta ao Conselho de Segurança Nacional”. Notação: Diversos 32, Dossiê 3. Fundo Polícias Políticas. APERJ. p.4.

Indo além, é preciso ressaltar, também, a constante ênfase de Etevaldo na defesa de um movimento de favelados “autêntico”. Esse termo, que presidia as concepções do IPES acerca do sindicalismo¹², significava que só deveriam participar de suas instâncias decisórias os próprios favelados. Na prática, funcionava, também, como um elemento de desqualificação do ideário comunista – e daqueles que atuavam no interior do movimento de favelados a partir de suas bases –, entendida como algo externo ao país, aos trabalhadores e, mais especificamente, aos próprios favelados¹³.

Já no que se refere à prática como dirigente, a noção de autenticidade não impedia que a FAFEG, sob o comando de Etevaldo, estabelecesse alianças com setores do empresariado, com amplo destaque para aqueles ligados ao complexo IPES/IBAD. Exemplos disso são tanto o financiamento de um programa de rádio para a FAFEG por parte de empresas filiadas ao IPES (como McCann Erikson, CDTC e Ducal), quanto o patrocínio das organizações RUF ao I Congresso¹⁴. As organizações RUF eram ligadas ao Movimento de Rearmamento Moral, de corte profundamente conservador e anticomunista, ao qual Etevaldo foi profundamente ligado¹⁵. Em larga medida, essa abertura de Etevaldo para aproximações em relação ao empresariado explica o fato de que, mesmo nos momentos em que não compunha a diretoria da FAFEG, ele era procurado por jornais da grande imprensa de mercado para dar declarações sobre os rumos do movimento de favelados¹⁶.

Assim como o grupo organizado em torno de Etevaldo, o campo que se consolidou como seu principal opositor também possuía uma liderança destacada. Tratava-se de Vicente Ferreira Mariano, funcionário de um hospital público e morador do morro São Carlos. Após ocupar o posto de 2º vice-presidente da chapa vitoriosa em janeiro de 1965, Mariano foi eleito presidente por duas vezes consecutivas, nos pleitos

12 “Plano de ação do IPES para um período de 24 meses (a partir de 31/10/1962)”. Notação: BR_RJANRIO_QL_0_OFU_053. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Arquivo Nacional (AN). p.12.

13 Para uma discussão sobre o tema da autenticidade no movimento de favelados daquele período, ver **MELLO, Juliana Oakim Bandeira de**. “Urbanização sim, remoção não”. *A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH/UFF, 2014. pp.38; 69-70.

14 **LIMA, Nísia Verônica Trindade**. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.187; “Flâmula da FAFEG”. Notação: Diversos 32, Dossiê 3. Fundo Polícias Políticas. APERJ. p.5.

15 “Favelado foi ver o problema no Sul”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 14/02/1965. p.8.

16 Ver, por exemplo, “Política de favela não acha definição”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 13/02/1966. p.14.

de 1967 e 1969. Tendo uma trajetória bastante distinta em relação àquela de Etevaldo, ele adquiriu parte significativa de sua formação política como membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁷.

Em decorrência dessa formação, Vicente Mariano compreendia a luta dos favelados contra as remoções como parte indissociável das lutas do conjunto da classe trabalhadora em defesa de seus interesses. Nesse sentido, a questão das favelas era apresentada como sendo, essencialmente, relativa à disputa de forças sociais antagônicas e irreconciliáveis, não cabendo o apelo à harmonia, ou ao bom senso de qualquer uma das partes. Tratava-se, em suma, de um problema político. Essa compreensão ficou evidenciada, por exemplo, pela convocatória do II Congresso da FAFEG, realizado em novembro de 1968, às vésperas da decretação do Ato Institucional Número 5 (AI-5):

“Com o trabalho do homem, a cidade cresce, o progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares, já valorizados. Embora a lei seja **igual** para todos [grifo do original], sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo vários transtornos para o homem que vive de salário. O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai?”¹⁸

Uma tradução prática dessa percepção se apresentava no arco de alianças adotado pela FAFEG no período em que esteve sob o comando de Mariano, o qual se caracterizava pela prioridade absoluta conferida a outras entidades organizadas e mantidas pela classe trabalhadora. A plenária de encerramento do II Congresso, por exemplo, foi realizada na sede do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos¹⁹. De forma complementar, segundo os depoimentos de companheiros de Vicente, como Lúcio de Paula Bispo, a própria FAFEG também deu guarida a sindicalistas perseguidos pela ditadura empresarial-militar nos anos finais da década de 1960²⁰.

Sob regime ditatorial, essa atitude adquiria especial importância, na medida em

17 “DOPS”. Notação: Informações 66. Fundo Polícias Políticas. APERJ. fl.37.

18 **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.196.

19 **IDEM.** *Ibidem.* p.195.

20 **IDEM.** *Ibidem.* pp.202-203.

que possibilitava algum grau de proteção a militantes mais visados pelo aparato repressivo por sua atuação nos sindicatos. Entretanto, o grau de brutalidade da referida ditadura acabou resultando em perseguições às próprias lideranças da FAFEG nos momentos de maior tensão em relação à política remocionista, que culminaram com prisões de dirigentes independentemente de suas posições políticas. Exemplo disso é o fato de que tanto Etevaldo, quanto Vicente estiverem presos, em distintas conjunturas, nos cárceres do regime²¹.

Pensando teoricamente: por uma concepção relacional da consciência de classe

Em um conhecido texto publicado originalmente em 1977, o historiador inglês Edward Palmer Thompson afirmou que

“(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”²².

Condensando teoricamente questões que já desenvolvia em sua própria prática de historiador, pelo menos, desde a publicação de sua obra-prima *A formação da classe operária inglesa*, em 1963, Thompson tinha no centro de suas preocupações o combate a concepções deterministas das classes sociais, que compreendiam a ação política classista como sendo um desdobramento imediato da condição objetiva de classe. Nesse sentido, sua abordagem possui o inegável mérito de lançar luzes sobre a agência da própria classe, situando seu processo de formação como o resultado de formas

21 “Preso o líder dos favelados no DOPS”; “Favelados na prisão fazem greve de fome”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 11/12/1964; 25/03/1969. p.3; p.6.

22 **THOMPSON, Edward P.** “*Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'*”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. de Antonio Luigi Negro. Campinas: Ed.Unicamp, 2001. p.274.

particulares de vivência e processamento de dada situação histórica estruturada sobre determinadas relações de produção²³. Conforme expresso no texto acima, a oposição de classes desempenhava papel fundamental nesse processo, na medida em que o curso da própria luta é que seria capaz de evidenciar os contornos de uma classe social e, conseqüentemente, possibilitaria o desenvolvimento da consciência de classe.

Indubitavelmente, a imensa maioria dos autores que operou analiticamente a partir dessas indicações teóricas de Thompson tendeu a considerar a luta de classes como algo exclusiva ou muito centralmente relacionado à dinâmica dos locais de trabalho. Por isso, faz-se necessário afirmar nesse ponto que os conflitos em torno da ocupação do espaço urbano – como aqueles em que a FAFEG teve participação – também constituem momentos da luta de classes. Com efeito, os capitais relacionam-se de formas variadas com o espaço urbano, podendo tomá-lo como suporte para a instalação de seus processos produtivos (esse é o caso do capital industrial, por exemplo), ou até mesmo, se valorizarem diretamente por meio da transformação do espaço, tal como ocorre com o capital imobiliário²⁴. Nesse sentido, considerando-se que o espaço urbano não constitui uma grandeza homogênea, mas tem um valor de uso variável de acordo com uma série de fatores (como a facilidade de acesso a determinados serviços, a proximidade em relação a certos elementos de infraestrutura, etc), a ocupação de alguns lugares por moradias de trabalhadores pode se constituir em um entrave aos processos de acumulação (sobre as relações dos diferentes capitais com o espaço, ver Ribeiro).

Feita essa observação, é possível retomar o fio do argumento de Thompson. Nesse sentido, deve-se salientar que naquela descrição condensada do processo, a imagem que sobressai dessa oposição é a de dois agentes – as classes antagônicas – cuja relação se dá em termos de uma completa externalidade. Em outras palavras, a partir do momento em que se estabelece o conflito, o desenvolvimento da consciência de determinada classe é um processo que não sofre ingerências diretas de seu contendor. A

23 Em livro publicado no ano seguinte, seu modelo teórico voltado para a análise desse processo seria ainda mais sofisticado a partir da inserção da categoria de “experiência” como um elemento de mediação entre as dimensões do ser social e da consciência social. Para uma discussão sobre a “experiência”, ver **IDEM**. *A miséria da teoria. Ou um planetário de erros*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Especialmente, o capítulo XV.

24 Sobre as relações dos diferentes capitais com o espaço, ver **RIBEIRO, Luiz César de Queiróz**. *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR, UFRJ; FASE, 1997. p.48.

oposição, portanto, se dá entre sujeitos coletivos fechados em suas próprias fronteiras, cujas consciências se desenvolvem a partir do conflito entre eles, mas assumindo formas inteiramente independentes.

Entretanto, em outro instigante ensaio, também publicado em 1977, Thompson dirige sua atenção para outros aspectos relativos ao desenvolvimento da consciência de classe, evidenciando que sua compreensão desse processo é ainda mais complexa:

“Em poucas palavras, as relações entre o 'ser social' e a 'consciência social' seguem agora: em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas. Esse é o 'senso comum' do poder, saturando a vida cotidiana e se expressando – mais ou menos conscientemente – na abrangente cúpula de hegemonia da classe dominante e nas suas formas de dominação ideológica. O 'teatro' do poder é apenas uma forma dessa dominação.

Contudo, no interior e por baixo desse arco, há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. (...) Em alguns momentos, a cultura e os valores dessas comunidades podem opor-se ao abarcante sistema de dominação e controle. No entanto, por longos períodos, esse antagonismo pode ser desarticulado e inibido”²⁵.

Embora alterando levemente a terminologia empregada (em lugar da “consciência de classe”, aparecem expressões mais genéricas, como “consciência social” e “cultura própria”), não há dúvida de que a problemática abordada e seus pressupostos fundamentais são os mesmos em relação ao trecho citado anteriormente. Nesse sentido, cabe destacar rapidamente tanto a afirmação da determinação – ainda que não mecânica e apresentada em termos de uma “correspondência” – da consciência pela forma de organização social, quanto a percepção de que o desenvolvimento de formas cognitivas próprias às classes subalternas ocorre em meio a relações conflituosas. Nessa formulação, no entanto, a consciência social deixa de ser apenas o

25 THOMPSON, Edward P. *“Folclore, antropologia e história social”*. In: _____ . *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. de Antonio Luigi Negro. Campinas: Ed.Unicamp, 2001. pp.260-261.

resultado do conflito, tornando-se, também, ela objeto de disputas e enfrentamentos. Com efeito, Thompson enfatiza o fato de que, em especial no que se refere às classes subalternas, a formulação de uma “cultura própria” só pode ser obtida por meio de um profundo questionamento ao “senso comum’ do poder”, isto é, às formas cognitivas correspondentes à reprodução das relações de exploração e dominação estruturantes de dada sociedade²⁶, as quais, de modo geral, tendem a prevalecer. Em outros termos, trata-se de reconhecer que os subalternos estão constantemente sujeitos à influência de formulações cognitivas que expressam e reforçam a sua condição de subalternidade e que o desenvolvimento de uma consciência de classe passa não apenas pelo enfrentamento político com as classes dominantes, mas, também, pela remoção de, pelo menos, algumas das camadas sedimentadas dessas formulações cognitivas.

Ao formular essas reflexões, Thompson tinha em mente, principalmente, os contextos dos século XVIII e primeiras décadas do XIX na Inglaterra, que ocuparam a quase totalidade de sua produção historiográfica. A partir dos decênios finais do século XIX, entretanto, as condições de difusão e afirmação das ideologias dominantes em meio às classes subalternas experimentam importantes transformações. Segundo o sardo, tais formas implicavam na necessidade de produção de um grau significativo de consentimento à própria dominação entre os subalternos²⁷.

Nesse processo, ganhava importância a atuação de entidades da sociedade civil – isto é, caracterizadas pela adesão voluntária e não formalmente integradas ao aparato estatal – cujas funções passam, precisamente, pela formulação e difusão de um ideário justificador das formas de sociabilidade mais adequadas aos interesses das frações hegemônicas das classes dominantes. Ao longo das últimas décadas do século XIX e das primeiras do XX, o desenvolvimento das formas hegemônicas alcançou crescente complexidade, sendo impulsionado por uma miríade de elementos que potencializavam a interlocução dos dominantes com os dominados, como a reorientação da Igreja Católica a partir do final do século XIX, buscando influenciar a vida temporal do

26 Note-se, nesse ponto, a proximidade entre essa formulação de Thompson e o conceito de ideologia, tal como desenvolvido por Marx e Engels em diversas de suas obras. Ver, por exemplo, **MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.** *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

27 **GRAMSCI, Antonio.** *Cadernos do cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a política. Trad. de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp.24; 95.

“povo”, e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Foi no bojo desse processo que surgiram as iniciativas das classes dominantes visando à constituição de uma intervenção organizada no interior dos movimentos organizados pelos subalternos. Em outras palavras, o conflito ideológico complexificou-se, agregando ao embate entre aparelhos privados de hegemonia vinculados a diferentes classes, a disputa pela direção das entidades da classe trabalhadora e das demais classes dominadas.

Mesmo no caso brasileiro, em que as formas hegemônicas de dominação não se desenvolveram plenamente, pelo menos, antes dos anos 1980²⁸, a dinâmica da luta de classes – especialmente tensa no contexto da Guerra Fria –, impulsionou a organização, por parte das classes dominantes e seus aliados, de mecanismos de intervenção por dentro dos movimentos dos trabalhadores do período pré-1964. Embora o foco principal dessas intervenções fosse, sem sombra de dúvidas, o campo sindical, suas consequências alcançaram diversas outras áreas, como as mobilizações dos favelados, conforme evidenciado pelo exemplo da FAFEG.

No que se refere ao impacto substantivo dessas intervenções sobre o desenvolvimento da consciência de classe, é fundamental notar que, naquele contexto histórico, a negação da existência dos conflitos sociais emergidos da ordem capitalista não seria viável, em função do elevado grau de expressão política que tais conflitos já alcançavam – do que o golpe de 1964 é apenas a expressão mais visível. Sendo assim, qualquer formulação ideológica que buscasse algum grau significativo de correspondência com o real deveria partir da constatação da existência de tais conflitos. Nesse cenário, as formulações ideológicas emanadas das classes dominantes e de seus aparelhos de hegemonia atuavam, fundamentalmente, em dois sentidos. Em primeiro lugar, buscavam fornecer um enquadramento para a compreensão da natureza desses conflitos, o qual preservasse de quaisquer críticas os fundamentos da organização social capitalista, apontando para a possibilidade de compatibilização dos interesses das diferentes classes. Em segundo lugar, tencionavam definir os sujeitos dessas lutas de forma fragmentária, evitando a percepção das relações entre as diferentes lutas em curso e, conseqüentemente, o estabelecimento de alianças a partir dessa percepção.

28 Para uma discussão sobre as possibilidades de interpretação da história brasileira do século XX a partir do conceito de “hegemonia”, ver **FONTES, Virgínia**. “*Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil*”. In: _____. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. pp.201-232.

Em termos gerais, é possível dizer, portanto, que atuavam no sentido de confinar o desenvolvimento da consciência de classe dos subalternos ao nível que Gramsci denominou de “econômico-corporativo, ou seja, aquele em que “(...) sente-se a unidade homogênea do grupo profissional [ou do grupo de local de moradia] e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social [a classe social] mais amplo”²⁹. Em suma, o objetivo era produzir uma luta dos favelados que não gerasse conexões e alianças com as demais lutas das classes subalternas, limitando o avanço do processo de formação de classe e de sua consciência. Conforme evidenciado pelo exemplo da FAFEG, esse objetivo foi permanentemente tensionado por outras iniciativas políticas dos subalternos, que buscavam avançar a consciência de classe a patamares mais elevados. Desse quadro, emerge uma percepção da consciência de classe como uma permanente disputa entre tendências contrárias à unificação e à fragmentação, cujo movimento não se dá de forma unidirecional e cujo resultado não pode ser determinado aprioristicamente. Tais tendências, no entanto, não devem ser mecanicamente associadas, respectivamente, às ações dos subalternos e dos dominantes, na medida em que o desenrolar da luta de classes produziu um cenário em que setores dos próprios subalternos se tornaram agentes que atuavam com o claro objetivo de reforçar as forças de fragmentação.

Considerações finais

O presente artigo apresentou alguns apontamentos iniciais para o delineamento de uma concepção relacional da consciência de classe. Com essa proposta, ainda bastante incipiente, busco incorporar à elaboração teórica acerca dos processos de formação das classes subalternas a crescente capacidade – historicamente verificada – das classes dominantes de intervirem diretamente nesse processo, por meio de influências no interior das organizações e movimentos constituídos pelos próprios subalternos.

Por certo, a opção por conduzir essa discussão a partir de um caso concreto –

29 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3... Op. Cit. p.41. Desenvolvi uma discussão um pouco mais pormenorizada sobre as possibilidades de análise das lutas dos favelados a partir da discussão gramsciana acerca da consciência de classe em PESTANA, Marco Marques. *A União dos Trabalhadores...* Op. Cit. pp.116-119.

isto é, a trajetória da FAFEG nos anos 1963-1975 – fornece importantes subsídios para a formulação teórica e auxilia na percepção das adaptações necessárias para operar com arcabouços teóricos desenvolvidos em referência a outros contextos históricos. Por outro lado, é importante salientar que alguns dos traços específicos dessa experiência histórica da FAFEG não necessariamente se reproduzirão em outros casos que possam vir a ser estudados com a mesma perspectiva. Nesse sentido, pode ser bastante ilustrativa a comparação entre, de um lado, a necessidade das classes dominantes reconhecerem as clivagens e os conflitos sociais no contexto da Guerra Fria – ainda que buscando moldá-los aos seus interesses –, e, de outro lado, a negação de praticamente toda e qualquer distinção social qualitativa, que marca a ideologia dominante no período de maior afirmação do neoliberalismo, a partir da década de 1990.

Longe de constituir um problema, é essa constante tensão entre os elementos empíricos e teóricos que torna o campo da história-disciplina uma seara fértil para o desenvolvimento do materialismo histórico.

Bibliografia

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes, 1981.

FONTES, Virgínia. “*Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil*”. In: _____ . Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. pp.201-232.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Vol. 3: Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a política. Trad. de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro – políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973).* Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. “Urbanização sim, remoção não”. *A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH/UFF, 2014.

PESTANA, Marco Marques. *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)*. Niterói: Eduff, 2016.

RIBEIRO, Luiz César de Queiróz. *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR, UFRJ; FASE, 1997.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

THOMPSON, Edward P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”.

In: _____ . As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Trad. de Antonio Luigi Negro. Campinas: Ed.Unicamp, 2001. pp.269-286.

_____. “Folclore, antropologia e história social”. In: _____ . As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Trad. de Antonio Luigi Negro. Campinas: Ed.Unicamp, 2001. pp.227-267.

_____. *A miséria da teoria. Ou um planetário de erros*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Fontes

Arquivo Nacional (AN). Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). *Fundo Polícias Políticas.*

Correio da Manhã. *Rio de Janeiro.* 1964, 1965 e 1969.